

Mais tarde, a divulgação desses achados levou à descoberta de mais sítios e mais gravuras paleolíticas no Vale que conduziram à formação de uma importante corrente de opiniões distintas que levantaram a polémica da preservação deste território.

Do lado dos defensores da barragem posicionou-se a EDP, que defendia não só a necessidade estratégica da barragem e a soma já investida, como também alguma incerteza quanto à cronologia das gravuras, dado que a arte paleolítica era considerada como exclusiva do interior das grutas.

Deste modo, sentiu-se a necessidade de comprovar a cronologia das gravuras, tendo sido contractado um grupo de especialistas que obtiveram resultados contraditórios, mas que João Zilhão veio refutar, cientificamente, que os métodos utilizados por estes não eram fiáveis para uma datação absoluta destas figuras.

Deste modo, o governo procurou conciliar a construção da barragem com a preservação das gravuras, quer através da remoção das rochas gravadas e criação de um parque temático, quer pela sua simples submersão, mas ambas as soluções foram contestadas, pois a sua remoção provocaria a fractura da sua maioria e perder-se-ia uma enorme quantidade de informação no que diz respeito à distribuição espacial das rochas gravadas ou ao seu contexto arqueológico e paisagístico. Por sua vez, a simples inundação privaria o estudo e usufruto de tão valioso património a todos os cidadãos.

Do lado dos defensores da preservação estava a comunidade científica portuguesa, auxiliada pelos colegas estrangeiros numa campanha internacional, os partidos políticos da oposição e uma parte significativa da opinião pública portuguesa, motivada pelos meios de comunicação portugueses. Deste modo, desenvolveram-se um relevante conjunto de iniciativas, criando-se o Movimento para a Salvação das Gravuras do Côa, chegando mesmo a realizar-se uma greve de fome diária junto ao Mosteiro dos Jerónimos.

Em Vila Nova de Foz Côa os sentimentos eram contraditórios. Por um lado, a autarquia e uma parte da população defendiam a construção da barragem, usando como argumento a criação de postos de trabalho e o desenvolvimento económico, por outro lado, surgiam movimentos de apoio às gravuras, como por exemplo, um festival organizados pelos alunos e professores da Escola Secundária Tenente-Coronel Adão Carrapatoso, que utilizavam um slogan que se tornou célebre a nível nacional: “as gravuras não sabem nadar”.

Em Outubro de 1995 com a eleição do novo governo, suspenderam-se imediatamente as obras de construção da barragem, dando instruções para que se elaborasse um relatório que avaliasse a importância dos vestígios arqueológicos do Vale do Côa.

Esse relatório foi elaborado em 1996 e em Agosto desse ano foi aberto ao público o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), com visitas guiadas aos núcleos de arte rupestre da Canada do Inferno e da Penascosa.